



SENADO FEDERAL

Emendas

EMENDAS NºS 2 A 8, DE PLENÁRIO, APRESENTADAS AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1, DE 2013, DE INICIATIVA DA PRESIDENTE DA REPÚBLICA, QUE ESTABELECE ALÍQUOTAS DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO – ICMS, NAS OPERAÇÕES E PRESTAÇÕES INTERESTADUAIS.

EMENDA Nº 2 , DE 2013 – PLEN
(ao PRS nº 1, de 2013)

Inclua-se onde couber no Projeto de Resolução nº 1, de 2013 o seguinte parágrafo:

“§ Nas operações interestaduais com produtos de informática produzidos em conformidade com Processo Produtivo Básico estabelecido pela União, a alíquota será de:

I - sete por cento, nas operações originadas nas regiões Sul e Sudeste, exceto no Estado do Espírito Santo, destinadas às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, inclusive ao Estado do Espírito Santo.

II - doze por cento, nas demais situações.”

JUSTIFICAÇÃO

Com a alíquota interestadual de 12% aplicada às operações com bens de informática, a cada ano as operações oriundas da Zona Franca de Manaus (ZFM) gerarão maior crédito em função de sua compensação frente à alíquota aplicável às demais operações interestaduais, caso elas se sujeitem à regra geral do art. 1º do PRS, que é de 4%.

A fixação em 7% da alíquota interestadual aplicada às operações com bens de informática originadas nos Estados do Sul e Sudeste, exceto o Espírito Santo, com os Estados do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e ES ajudaria a minorar esse problema de compensação de créditos fiscais.

Pelas razões expostas, creio que a proposta que faço caminha no sentido de reforçar o pacto federativo, razão pela qual peço aos Nobres Pares o apoio para a modificação pretendida.

Senadora Ana Amélia
(PP-RS)

[illegible]

EMENDA Nº 3 -PLENÁRIO

(PRS Nº 1, DE 2013)

Dê-se ao § 4º do art. 1º do Projeto de Resolução do Senado nº 1, de 2013, a seguinte redação:

“Art.1º

§ 4º Nas operações e prestações interestaduais originadas na Zona Franca de Manaus, em conformidade com processo produtivo básico previsto no Decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, e nas Áreas de Livre Comércio de Boa Vista e Bonfim, em Roraima, de Guajará-Mirim, em Rondônia, de Macapá/Santana, no Amapá, de Brasília, Epitaciolândia e Cruzeiro do Sul, no Acre, e de Tabatinga, no Amazonas, em conformidade com Processo Produtivo Básico estabelecido pela União e atendidas as condições previstas nos arts. 26 e 27 da Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009, a alíquota será de:

I – onze por cento no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014;

II – dez por cento no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015;

III – nove por cento a partir de 1º de janeiro de 2016.

.....”

(NR)

JUSTIFICATIVA

A redação original do § 4º do art. 1º do PRS nº 1, de 2013, na forma do Substitutivo aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) no dia 7 de maio de 2013, mantinha a alíquota de doze por cento nas operações e prestações interestaduais originadas na Zona Franca de Manaus (ZFM) e nas Áreas de Livre Comércio da Amazônia Ocidental.

Conforme ficou evidenciado nos debates realizados na CAE, essa alíquota de 12% cria uma situação de vantagem tributária em relação ao restante do País, dado que para as Regiões Nordeste, Centro-Oeste e do Estado do Espírito Santo, será aplicada uma alíquota, ao final do período de transição, de 7% nas operações e prestações interestaduais e de 4% para as regiões Sul e Sudeste.

Atualmente não existe um diferencial de alíquota nas operações interestaduais entre as regiões Norte, incluindo a Zona Franca de Manaus e Nordeste, dado que em ambas regiões se aplicam alíquotas de 12%. Com aprovação do Substitutivo do PRS nº 1 na CAE, cria-se uma diferença de 5%, o que gera uma vantagem tributária em favor da Zona Franca de Manaus e as Áreas de Livre Comércio da Amazônia Ocidental injustificável dado os níveis comparáveis de desenvolvimento entre essas regiões.

Portanto, por meio desse diferencial oportuniza-se e estimula-se o uso do ICMS para deslocar investimentos da Região Nordeste em favor da Zona Franca de Manaus. Além disso, amplia-se a assimetria de 5% para 8% entre a Zona Franca de Manaus e os estados das Regiões Sul e Sudeste (excetuado o estado do Espírito Santo).

Minha proposta consiste em reduzir o espaço do diferencial de alíquotas interestaduais, que ao fim e ao cabo, representa o principal combustível da guerra fiscal, justamente o instrumento que o Projeto de Resolução nº 1, de 2013 objetiva combater e mitigar. Assim, essa proposição defende a queda das alíquotas interestaduais para Zona de Franca de Manaus e as Áreas de Livre Comércio da Amazônia Ocidental dos atuais 12%, a uma magnitude de 1 ponto percentual por ano, até alcançar 9% a partir de 1º de janeiro de 2016.

Por outro lado, não há perda relativa para a Zona Franca de Manaus e as Áreas de Livre Comércio da Amazônia Ocidental que manterão o mesmo padrão de estímulos às suas atividades produtivas, pois desfrutarão de um diferencial de 5 pontos percentuais, em relação ao Sul e

João Filho
João Filho

Sudêste (excetuado o estado de ES) e ainda ganharão um diferencial de 2 pontos percentuais com relação às regiões Centro-Oeste, Nordeste, incluindo o Estado do Espírito Santo e demais áreas da Região Norte, que não abrangem a Zona Franca de Manaus e as Áreas de Livre Comércio.

P. B. B.
P. B. B.

Espero contar com o apoio de meus Pares para a aprovação desta Emenda, pois considero ser fundamental a manutenção do equilíbrio de condições no comércio interestadual entre as regiões mais desenvolvidas e a Amazônia Ocidental.

Antonio de Oliveira
Antonio de Oliveira

Sala das Sessões,

ARMANDO MONTEIRO
Senador

C. Miranda
C. Miranda

Jaques Humberto Costa
Jaques Humberto Costa

R. Ribeiro
R. Ribeiro

João Nequero
João Nequero

Flexa
Flexa

Carvalho
Carvalho

Ana Amélia

Vincentino
Vincentino

Alcides Nunes
Alcides Nunes

Jorge Souza

Jaime Campos
Jaime Campos

Suplicy
Suplicy

Jarbas Vasconcelos

Mário Malta
Mário Malta

Gim Angello
Gim Angello

S. W. Dias
S. W. Dias

Eduardo Lopes
Eduardo Lopes

Rodolfo Rollemberg
Rodolfo Rollemberg

Bauer
Bauer

ANA RITA
ANA RITA

Valadares
Valadares

SUBEMENDA Nº 4 , DE 2013 – PLEN

(à Emenda Substitutiva nº 1 ao PRS nº 1, de 2013)

Altera a redação do art. 1º da Emenda Substitutiva nº 1 ao Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 1, de 2013, para incluir o seguinte § 6º:

“Art. 1º.....

.....
“§ 6º Nas operações interestaduais com produtos de informática produzidos em conformidade com Processo Produtivo Básico estabelecido pela União, a alíquota será de:

I - sete por cento, nas operações originadas nas regiões Sul e Sudeste, exceto no Estado do Espírito Santo, destinadas às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, inclusive ao Estado do Espírito Santo.

II - doze por cento, nas demais situações.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Com a alíquota interestadual de 12% aplicada às operações com bens de informática, a cada ano as operações oriundas da Zona Franca de Manaus (ZFM) gerarão maior crédito em função de sua compensação frente à alíquota aplicável às demais operações interestaduais, caso elas se sujeitem à regra geral do art. 1º do PRS, que é de 4%.

A fixação em 7% da alíquota interestadual aplicada às operações com bens de informática originadas nos Estados do Sul e Sudeste, exceto o Espírito Santo, com os Estados do Norte, Nordeste,

Centro-Oeste e ES ajudaria a minorar esse problema de compensação de créditos fiscais.

Ademais, a alíquota de 12% não deveria se restringir à ZFM, mas sim ser estendida aos demais Estados do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e ao Espírito Santo, contribuindo para preservar o equilíbrio competitivo entre as regiões do Brasil na produção de bens de informática e na geração de recursos aplicados em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

Pelas razões expostas, creio que a proposta que faço caminha no sentido de reforçar o pacto federativo, razão pela qual peço aos Nobres Pares o apoio para a modificação pretendida.

Sala das Sessões,

Senadora Ana Amélia
(PP-RS)

16

23

13

12

11

10

9

8

7

6

5

4

3

2

1

0

17

18

19

20

21

22

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

217

218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

231

232

233

234

235

236

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

251

252

253

254

255

256

257

258

259

260

261

262

263

264

265

266

267

268

269

270

271

272

273

274

275

276

277

278

279

280

281

282

283

284

285

286

287

288

289

290

291

292

293

294

295

296

297

298

299

300

301

302

303

304

305

306

307

308

309

310

311

312

313

314

315

316

317

318

319

320

321

322

323

324

325

326

327

328

329

330

331

332

333

334

335

336

337

338

339

340

341

342

343

344

345

346

347

348

349

350

351

352

353

354

355

356

357

358

359

360

361

362

363

364

365

366

367

368

369

370

371

372

373

374

375

376

377

378

379

380

381

382

383

384

385

386

387

388

389

390

391

392

393

394

395

396

397

398

399

400

401

402

403

404

405

406

407

408

409

410

411

412

413

414

415

416

417

418

419

420

421

422

423

424

425

426

427

428

429

430

431

432

433

434

435

436

437

438

439

440

441

442

443

444

445

446

447

448

449

450

451

452

453

454

455

456

457

458

459

460

461

462

463

464

465

466

467

468

469

470

471

472

473

474

475

476

477

478

479

480

481

482

483

484

485

486

487

488

489

490

491

492

493

494

495

496

497

498

499

500

501

502

503

504

505

506

507

508

509

510

511

512

513

514

515

516

517

518

519

520

521

522

523

524

525

526

527

528

529

530

531

532

533

534

535

536

537

538

539

540

541

542

543

544

545

546

547

548

549

550

551

552

553

554

555

556

557

558

559

560

561

562

563

564

565

566

567

568

569

570

571

572

573

574

575

576

577

578

579

580

581

582

583

584

585

586

587

588

589

590

591

592

593

594

595

596

597

598

599

600

601

602

603

604

605

606

607

608

609

610

611

612

613

614

615

616

617

618

619

620

621

622

623

624

625

626

627

628

629

630

631

632

633

634

635

636

637

638

639

640

641

642

643

644

645

646

647

648

649

650

651

652

653

654

655

656

657

658

659

660

661

662

663

664

665

666

667

668

669

670

671

672

673

674

675

676

677

678

679

680

681

682

683

684

685

686

687

688

689

690

691

692

693

694

695

696

697

698

699

700

701

702

703

704

705

706

707

708

709

710

711

712

713

714

715

716

717

718

719

720

721

722

723

724

725

726

727

728

729

730

731

732

733

734

735

736

737

738

739

740

741

742

743

744

745

746

747

748

749

750

751

752

753

754

755

756

757

758

759

760

761

762

763

764

765

766

767

768

769

770

771

772

773

774

775

776

777

778

779

780

781

782

783

784

785

786

787

788

789

790

791

792

793

794

795

796

797

798

799

800

801

802

803

804

805

806

807

808

809

810

811

812

813

814

815

816

817

818

819

820

821

822

823

824

825

826

827

828

829

830

831

832

833

834

835

836

837

838

839

840

841

842

843

844

845

846

847

848

849

850

851

852

853

854

855

856

857

858

859

860

861

862

863

864

865

866

867

868

869

870

871

872

873

874

875

876

877

878

879

880

881

882

883

884

885

886

887

888

889

890

891

892

893

894

895

896

897

898

899

900

901

902

903

904

905

906

907

908

909

910

911

912

913

914

915

916

917

918

919

920

921

922

923

924

925

926

927

928

929

930

931

932

933

934

935

936

937

938

939

940

941

942

943

944

945

946

947

948

949

950

951

952

953

954

955

956

957

958

959

960

961

962

963

964

965

966

967

968

969

970

971

972

973

974

975

976

977

978

979

980

981

982

983

984

985

986

987

988

989

990

991

992

993

994

995

996

997

998

999

1000

EMENDA Nº 5 - PLEN

(ao PRS nº 1, de 2013)

Dê-se ao art. 4º do Projeto de Resolução do Senado nº 1, de 2013, a seguinte redação:

“Art. 4º A produção de efeitos desta Resolução fica condicionada, cumulativamente, à aprovação de lei complementar que:

I – disponha sobre a concessão de auxílio financeiro pela União aos Estados e ao Distrito Federal, e aos respectivos Municípios, para compensar as eventuais perdas de arrecadação decorrentes da aplicação do disposto nesta Resolução e sobre a instituição e o aporte de recursos para fundo de desenvolvimento regional, ambos considerados como transferências obrigatórias;

II – defina em três quintos o quórum necessário para fins de celebração, no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), de um convênio por meio do qual sejam convalidados os efeitos de todos os incentivos e benefícios fiscais ou financeiros concedidos por todos os Estados e o Distrito Federal, em desacordo com a deliberação prevista no art. 155, § 2º, inciso XII, alínea "g", da Constituição Federal, até a data da publicação desta Resolução;

III – discipline as futuras concessões de incentivos fiscais em uma relação inversamente proporcional ao tamanho do PIB nominal dos Estados.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda reproduz, em parte, o art. 4º aprovado pela CAE, conforme a emenda nº 42, do Senador Francisco Dornelles. Ela inova, apenas, quanto ao acréscimo do inciso III ao referido artigo, para também condicionar a produção de efeitos da Resolução do Senado decorrente do presente projeto à aprovação de lei complementar que

disponha sobre a prática de incentivos fiscais em uma relação inversamente proporcional ao tamanho do PIB nominal dos Estados.

Os incentivos fiscais continuarão existindo mesmo com a eventual com a aprovação do presente Projeto de Resolução. De fato, os incentivos constituem instrumentos legítimos de promoção da integração nacional e da redução das disparidades socioeconômica entre os entes da Federação. São, inclusive, instrumentos reconhecidos como legítimos pela Organização Mundial do Comércio, pelo Mercosul e pelos princípios básicos do direito internacional.

No âmbito dos Estados, os incentivos fiscais são utilizados para atrair investimentos industriais e promover o desenvolvimento regional, em face de diferenciais de competitividade, principalmente em relação aos estados do Sul e Sudeste. O ICMS é o principal imposto estadual usado para isso.

Acabar com os incentivos fiscais concedidos pelos Estados significaria acabar com o interesse das empresas realizarem investimentos em regiões de baixo consumo, com desequilíbrios sociais e deficiências de infraestrutura pública.

Os incentivos fiscais de ICMS foram responsáveis pela criação de milhões de empregos e contribuíram para a redução das ainda persistentes desigualdades regionais em nosso país. Sem eles, os Estados não teriam conseguido atrair as indústrias que hoje estão instaladas e produzindo nos Estados do Nordeste, Norte e Centro Oeste; sem eles perderemos a maioria das indústrias que se instalaram nessas Regiões nos últimos vinte e cinco anos, salvo se novos incentivos forem criados.

A solução, portanto, não estará no fim dos incentivos fiscais – e nem é isso que se propõe o presente Projeto de Resolução –, mas na regulamentação da forma como os incentivos fiscais de ICMS são concedidos. A convalidação dos atuais programas de incentivos fiscais de ICMS e a quebra da unanimidade do quórum do CONFAZ são medidas necessárias de imediato. Mas também é preciso, para o futuro, estabelecer parâmetros que harmonizem a concessão dos incentivos pelos Estados entre si e com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Tais parâmetros podem incluir, por exemplo, a fixação de taxas máximas e mínimas para concessão de incentivos fiscais pelos Estados, ou uma margem de incentivo inversamente proporcional ao PIB dos Estados.

A regulamentação dos incentivos fiscais estaduais permitirá que os Estados das regiões Nordeste, Norte e Centro Oeste continuem fazendo crescer seus PIBs, gerando riquezas e aumentando a arrecadação de impostos, investimentos públicos, empregos e salários dos trabalhadores, sem guerra fiscal. A redução das desigualdades regionais pressupõe que o PIB desses Estados tenha um crescimento acelerado, ou seja, maior do que a média nacional.

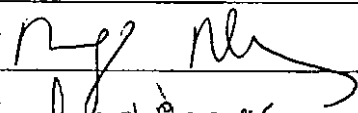
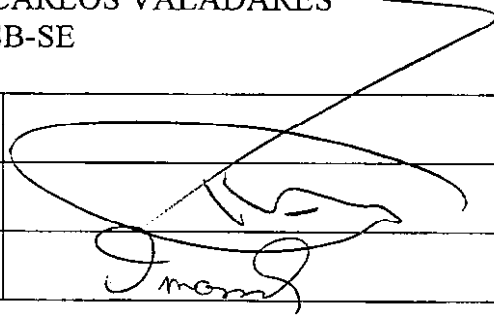
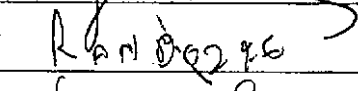
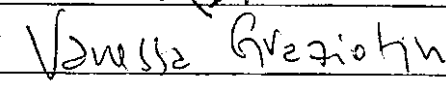
É preciso, portanto, organizar a prática dos incentivos fiscais concedidos pelos Estados, a partir de critérios justos que se apliquem igualmente a diferentes situações.

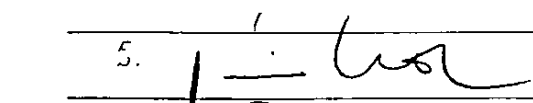
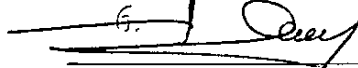
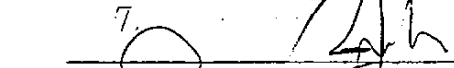
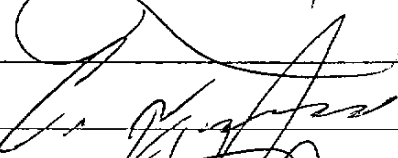
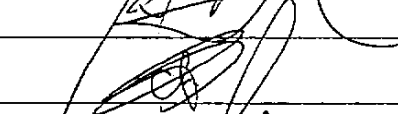
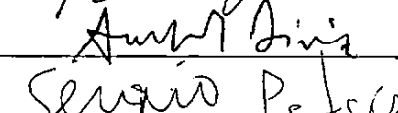
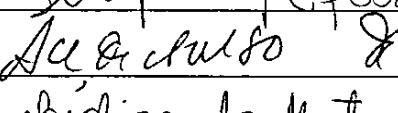
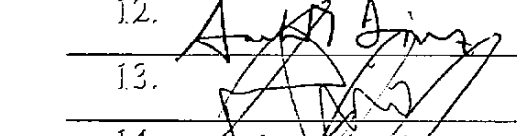
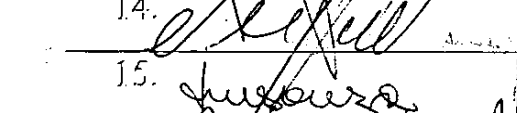
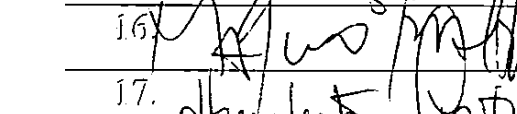
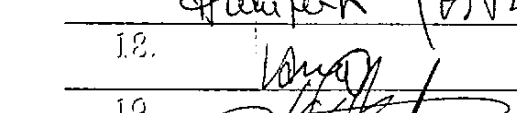
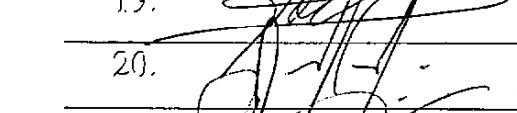
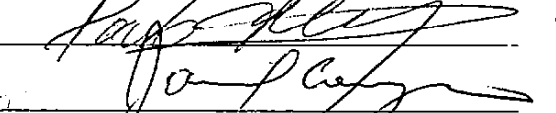
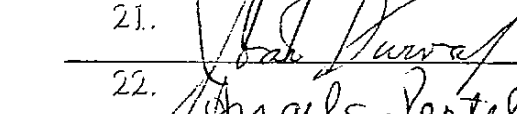
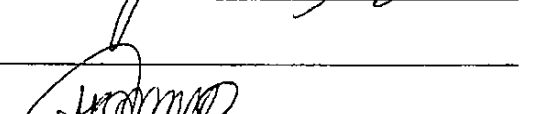
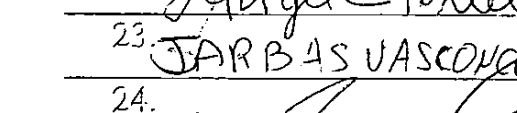
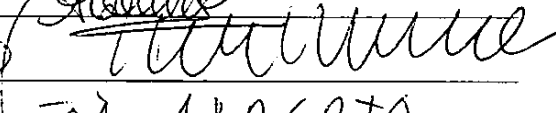
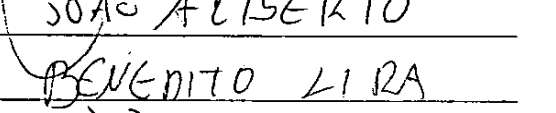
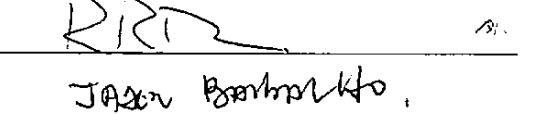
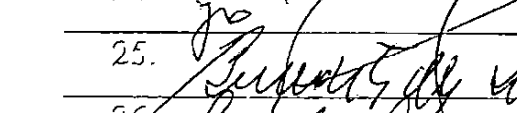
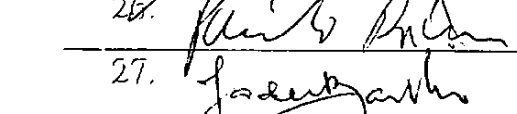




O que propomos, com a presente emenda, é que os Estados possam conceder incentivos fiscais de ICMS na proporção inversa do tamanho dos seus PIBs nominais, ou seja, quanto menor o PIB nominal do Estado maior será o tamanho da concessão para atrair investimentos produtivos, principalmente os industriais. Da mesma forma, quanto maior o PIB nominal, menor será o tamanho da concessão a ser praticada.

Desse modo, todos os Estados poderiam praticar incentivos fiscais de ICMS para melhorar o equilíbrio social e a convergência econômica de suas Regiões em desequilíbrio, mas respeitando os princípios e diretrizes ditadas pela OMC – Organização Mundial do Comércio. Para a OMC, as regiões ricas do país devem ser condescendentes com vantagens maiores para as regiões pobres se desenvolverem. Essa prática organizaria e acabaria com a denominada “guerra fiscal”, transformando-a em “competição fiscal”.

Sala das Sessões,


Senador ANTONIO CARLOS VALADARES
PSB-SE

2. 	
3. 	
4. 	

5. 	INACIO
6. 	ANA AMELIA
7. 	EDUARDO LOPES SR
8. RENO CHAZ	
9. CIRO NOGUEIRA	
10. JOSE ACRIPINO	
11. CARLOS ALMEIDA	
12. ANTONIO LIMA	ANTONIO LIMA
13. 	SERGIO PEREIRA
14. 	ACACIO RODRIGUES
15. JUSCARE	BIDICE DA MATA E SAO
16. 	MAGNO MALTA
17. HUMBERTO COSTA	HUMBERTO COSTA
18. 	ANA RITA
19. 	
20. 	
21. 	
22. ANGELA PORTELA	
23. JARBAS VASCONCELOS	
24. 	JOAO ALBERTO
25. 	BENEDITO LIRA
26. 	KIRI
27. JOSE CARLOS	JOSÉ CARLOS
28. PAULO BAYO	
29. SERGIO SOUSA	
30. CYRO MIRANDA	

EMENDA Nº 6 - PLEN
(ao PRS nº 1, de 2013)

Inclua-se o seguinte §6º no art. 1º do PRS nº 1, de 2013, na forma do Substitutivo aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos:

"Art. 1º
.....

§6º - Fica estabelecida a alíquota de 7% (sete por cento) nas operações interestaduais de produtos de informática produzidos em conformidade com os processos produtivos básicos de que tratam o Decreto nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, e as Leis nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 10.176, de 11 de janeiro de 2011, e 11.484, de 31 de maio de 2007.

JUSTIFICAÇÃO

O PRS nº 1/2013 dispõe sobre a redução progressiva da alíquota do ICMS com relação às operações interestaduais, em que ao final de um período de transição, de acordo com a origem e destino, ficará em 4%.

A presente Emenda tem como finalidade estabelecer a alíquota de 7% nas operações interestaduais com produtos gravados com o PPB - processo produtivo básico.

A concessão de benefícios, quer seja de redução do ICMS e/ou desoneração do ICMS está de acordo com a intenção do Governo Federal que, desde 1991, com incentivos a informática, vem buscando aumentar a competitividade do produto nacional face ao importado. Adicionalmente, em 2005, o Governo Federal continuou esse ciclo virtuoso de desoneração tributária para os computadores pessoais com a desoneração do PIS e da COFINS, por intermédio da "MP do Bem" ou Lei 11.196/2005. Assim,

valorizou-se a produção local e, ao mesmo tempo, a continuidade da inclusão digital.




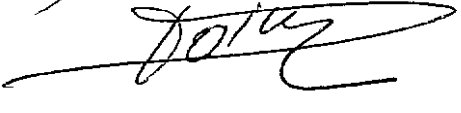
Sendo assim, sujeitar os produtos de informática produzidos sob a égide das Leis nº 8.248/1991 e 8.387/1991 para a mesma alíquota de 4% (objeto do PRS nº 1/2013), é colocar os produtos importados em condição de competitividade igual ou superior em detrimento da indústria nacional.

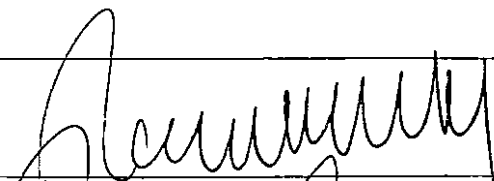
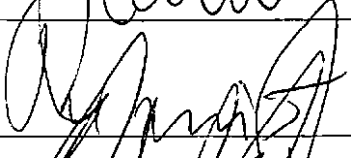
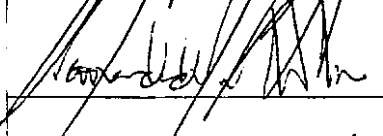
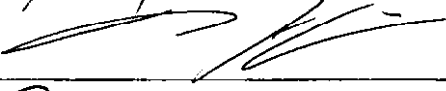


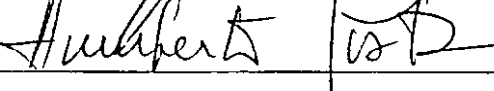
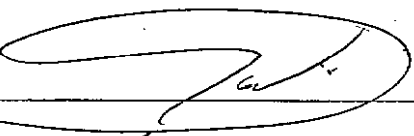


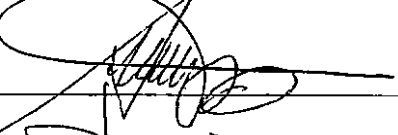

Finalmente, do ponto de vista da relação interestadual, estabelecer as alíquotas em 7% para as operações com estados diferentes, garante que o benefício concedido para uma indústria em um determinado Estado concesso que gerou empregos, fomentou a economia local e regional, seja compartilhado pelo varejo (com preço menor) e consequentemente para o consumidor final localmente e em outro Estado.

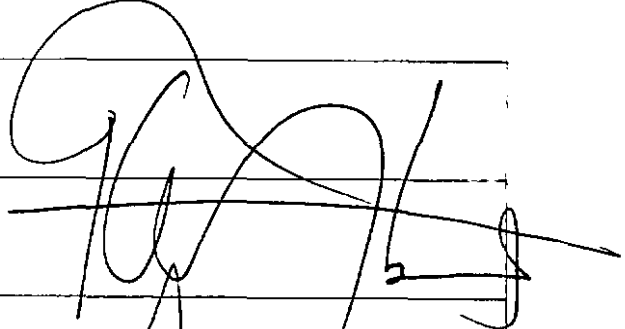
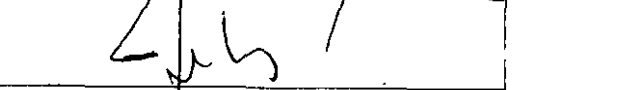
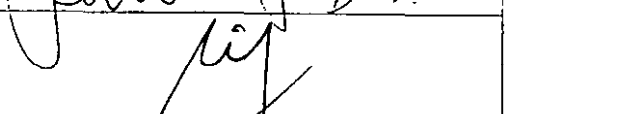
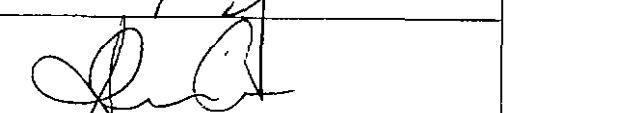
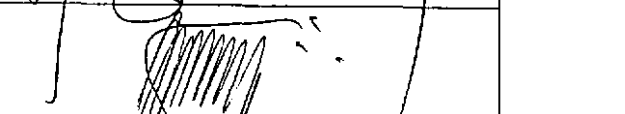
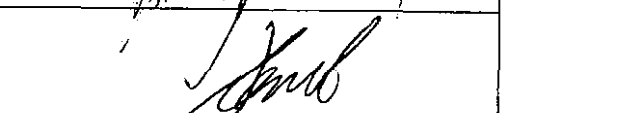
Sendo assim, deve ser alterado o texto atual do PRS nº 1/2013 que trata dessa questão, pelo estabelecimento da alíquota de 12% nas operações interestaduais com produtos de informática gravados com processo produtivo básico a que se refere a Lei nº 8.248/1991 e 8.387/1991.

Sala das Sessões,


Senador SÉRGIO SOUZA

NOME	ASSINATURA
Paulo Bauer	
Alex Avelar (PP/RS)	
Alvaro Dias	
Paulo Rangel	

	Jarbas
	Reginaldo
	Flexo Ribeiro
	Luiz Kropp
	WELLINGTON DIAS
	AUGUSTO LOURENÇO
	HUMBERTO COSTA
CHESLO ANDRADA	
Alyson N. Figueira	
CRISTOVAN	Luiz A.
Cyreni Aparecida	
WILSON	
BEIRÃO MAGGI	

Pedro Tave	
Ustia Aon	
Edmundo Lopez	2 July
-1 July	701
Pablo Rumi	RRD
Ezequiel PERRELLA	Gen EDT
Jim Angelo	
Sec on	
José Bimentel	No. Bamentel
Estup	
Ivo Cassol	
Eduardo M. Sypkay & Sypkay	

EMENDA Nº 7 - PLEN
(ao PRS nº 1, de 2013)

Inclua-se o seguinte §6º no art. 1º do PRS nº 1, de 2013, na forma do Substitutivo aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos:

"Art. 1º

.....

§6º - Nas operações interestaduais de produtos de informática produzidos em conformidade com os processos produtivos básicos de que tratam o Decreto nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, e as Leis nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 10.176, de 11 de janeiro de 2011, e 11.484, de 31 de maio de 2007, a alíquota será:

I - de 7% (sete por cento), nas operações originadas nas regiões Sul e Sudeste, exceto no Estado do Espírito Santo, destinadas às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, inclusive ao Estado do Espírito Santo.

II - de 12% (doze por cento), nas demais situações".

JUSTIFICAÇÃO

O PRS nº 1/2013 dispõe sobre a redução progressiva da alíquota do ICMS com relação às operações interestaduais, em que ao final de um período de transição, de acordo com a origem e destino, ficará em 4%..

A presente Emenda tem como finalidade estabelecer duas classes de alíquotas nas operações interestaduais com produtos gravados com o PPB - processo produtivo básico para os produtos de informática: 7% nas operações originadas nas regiões Sul e Sudeste, exceto no Estado do Espírito Santo, destinadas às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, inclusive ao Estado do Espírito Santo; e 12% nas demais situações.

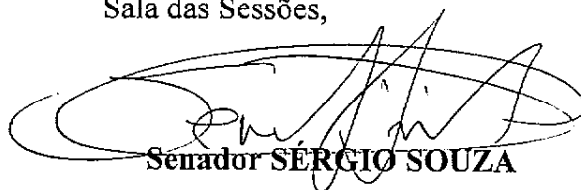
A concessão de benefícios, quer seja de redução do ICMS e/ou desoneração do ICMS está de acordo com a intenção do Governo Federal que, desde 1991, com incentivos a informática, vem buscando aumentar a competitividade do produto nacional face ao importado. Adicionalmente, em 2005, o Governo Federal continuou esse ciclo virtuoso de desoneração tributária para os computadores pessoais com a desoneração do PIS e da COFINS, por intermédio da "MP do Bem" ou Lei 11.196/2005. Assim, valorizou-se a produção local e, ao mesmo tempo, a continuidade da inclusão digital.

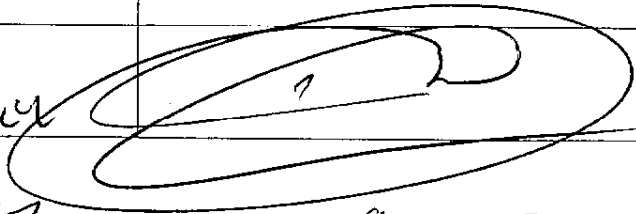
Sendo assim, sujeitar os produtos de informática produzidos sob a égide das Leis nº 8.248/1991 e 8.387/1991 para a mesma alíquota de 4% (objeto do PRS nº 1/2013), é colocar os produtos importados em condição de competitividade igual ou superior em detrimento da indústria nacional.

Finalmente, do ponto de vista da relação interestadual, a definição de duas classes de alíquotas conforme previsto na emenda garante que o benefício concedido para uma indústria em um determinado Estado concesso que gerou empregos, fomentou a economia local e regional, seja compartilhado pelo varejo (com preço menor) e conseqüentemente para o consumidor final localmente e em outro Estado.

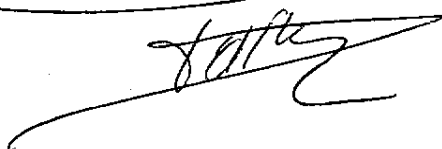
Sendo assim, deve ser alterado o texto atual do PRS nº 1/2013 que trata dessa questão, para inclusão de duas classes de alíquotas, conforme reza a presente emenda, nas operações interestaduais com produtos de informática gravados com processo produtivo básico a que se refere a Lei nº 8.248/1991 e 8.387/1991.

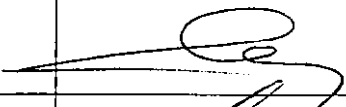
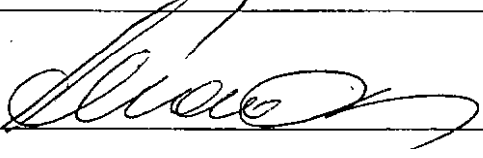
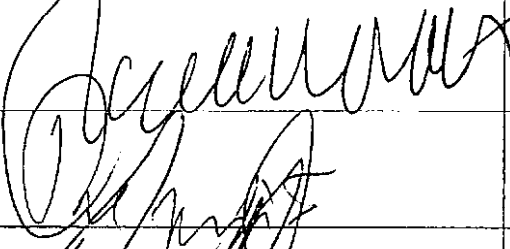
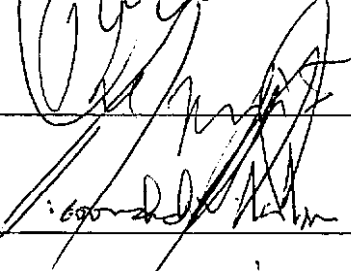
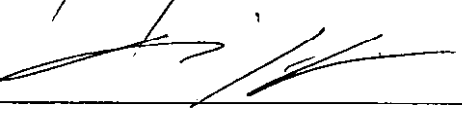
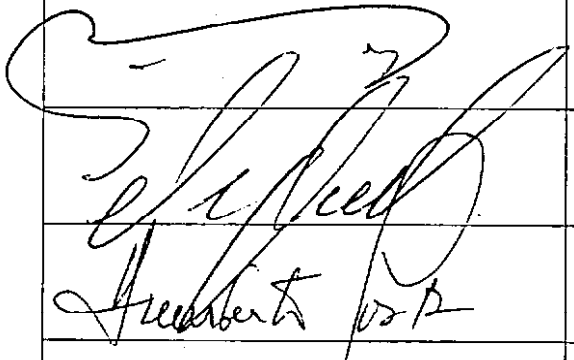
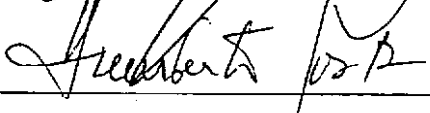
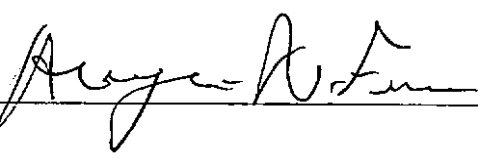
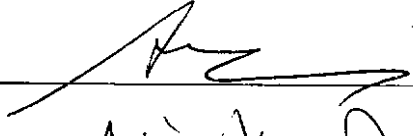

Sala das Sessões,


Senador SÉRGIO SOUZA

NOME	ASSINATURA
Paulo Garcia	

Paulo Garcia



Aus Amelie (PP/RS)	
MUNRO DIAS	
	JURBAS
	Roberto Pequiao
	FLORA RIBEIRO
	WELLINGTON DIAS
	Acampamento
CLESLIO DAVANZO	HUMBERTO COSTA
	
CRISTIAN.	Nivaldo
Euro Lira	

WILDM	Handwritten signature
BENICO MAGGI	Handwritten signature
LEAO TAVEL	Handwritten signature
JUSTIA Azen	Handwritten signature
EDUARDO LOPES	Handwritten signature
TOM	Donub
Paulo Muma	RRR.
FELI PEREIRA	June PDT
GIM AKGRO	Handwritten signature
Acu	Handwritten signature
João Bimment	Jo. Bimment
ILVO ASSOL	Handwritten signature

~~Miss~~
~~Miss~~
~~Mr.~~
 Mr.
 Donub
 RRR.
 June PDT
 Mr.
 Mr.
 Mr. Bawona
 Mr.
 Mr. Bawona

EMENDA Nº 8 - PLEN
(ao PRS nº 1, de 2013)

Inclua-se o seguinte §6º no art. 1º do PRS nº 1, de 2013, na forma do Substitutivo aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos:

"Art. 1º

.....

§6º - Fica estabelecida a alíquota de 12% (doze por cento) nas operações interestaduais de produtos de informática produzidos em conformidade com os processos produtivos básicos de que tratam o Decreto nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, e as Leis nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 10.176, de 11 de janeiro de 2011, e 11.484, de 31 de maio de 2007."

JUSTIFICAÇÃO

O PRS nº 1/2013 dispõe sobre a redução progressiva da alíquota do ICMS com relação às operações interestaduais, em que ao final de um período de transição, de acordo com a origem e destino, ficará em 4%..

A presente Emenda tem como finalidade a manutenção da alíquota de 12% nas operações interestaduais com produtos gravados com o PPB - processo produtivo básico.

A concessão de benefícios, quer seja de redução do ICMS e/ou desoneração do ICMS está de acordo com a intenção do Governo Federal que, desde 1991, com incentivos a informática, vem buscando aumentar a competitividade do produto nacional face ao importado. Adicionalmente, em 2005, o Governo Federal continuou esse ciclo virtuoso de desoneração tributária para os computadores pessoais com a desoneração do PIS e da COFINS, por intermédio da "MP do Bem" ou Lei 11.196/2005. Assim,

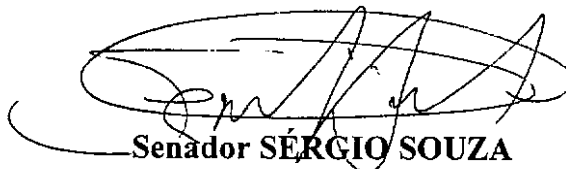
valorizou-se a produção local e, ao mesmo tempo, a continuidade da inclusão digital.

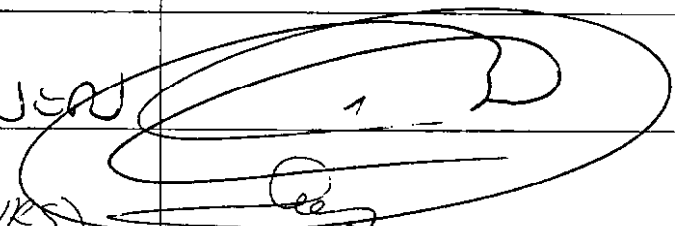
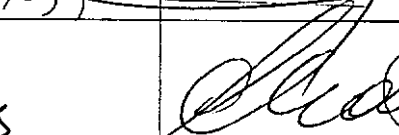
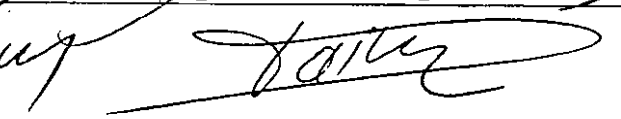

Sendo assim, sujeitar os produtos de informática produzidos sob a égide das Leis nº 8.248/1991 e 8.387/1991 para a mesma alíquota de 4% (objeto do PRS nº 1/2013), é colocar os produtos importados em condição de competitividade igual ou superior em detrimento da indústria nacional.

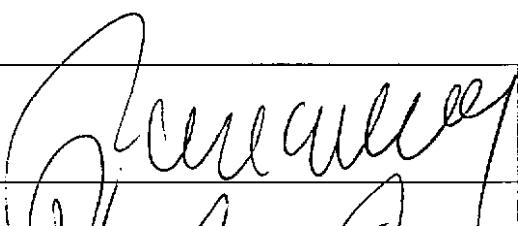
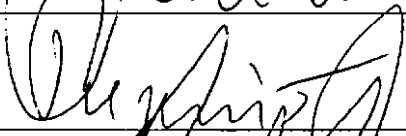
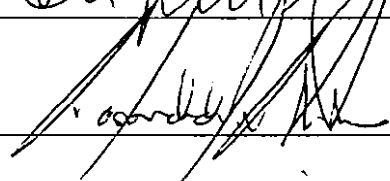

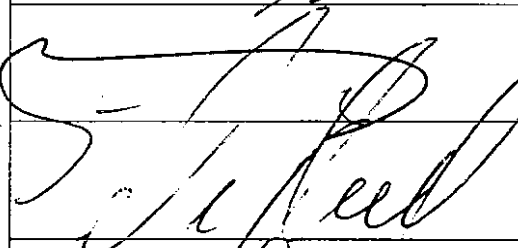
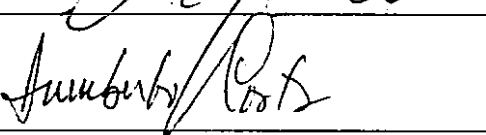
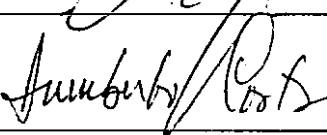
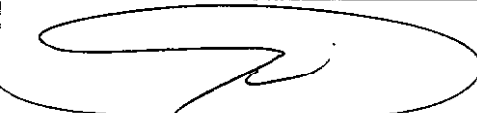
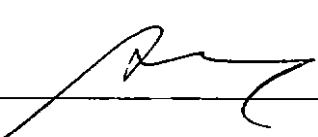
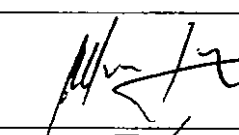
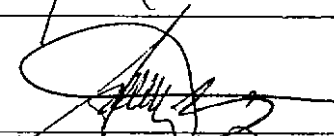

Finalmente, do ponto de vista da relação interestadual, manter as alíquotas em 12% para as operações com estados diferentes, garante que o benefício concedido para uma indústria em um determinado Estado concesso que gerou empregos, fomentou a economia local e regional, seja compartilhado pelo varejo (com preço menor) e consèquentemente para o consumidor final localmente e em outro Estado.

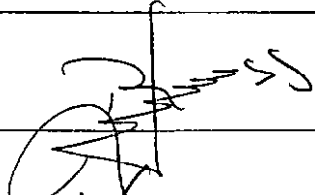
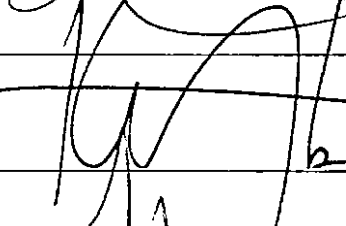
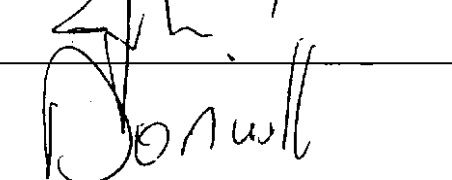


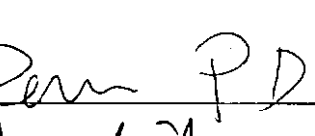
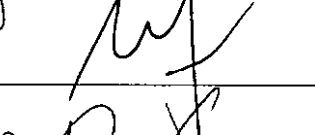


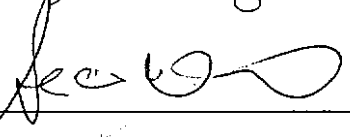



Sendo assim, deve ser alterado o texto atual do PRS nº 1/2013 que trata dessa questão, pela inclusão da alíquota de 12% nas operações interestaduais com produtos de informática gravados com processo produtivo básico a que se refere a Lei nº 8.248/1991 e 8.387/1991.

Sala das Sessões,


Senador SÉRGIO SOUZA

NOME	ASSINATURA
Paulo Souza	
Ana Amélia (PP/RS)	
Murilo Dias	
Paulo Rios	

	JARROS
	REGINALDO
	FLEXA RIBEIRO
	LUC / Mônica
	WELLINGTON DIO
	AUGUSTO D'ORVILLE
	HUMBERTO COSTA
CLESTO ANDRADE	
Aloysio A. E. A.	
CRISTOVAN	MINK A?
Cyrol K. A.	
WILSON	
SERGIO RIBEIRO	

BLAÍRO MAGEI	
ROAHO TAREI	
JUSTIA Azeu	
EDUARDO lopes	
	
Raulo Juvim	
Zeze PERRELLA	
SIMARCAO	
	
João Pimentel	
	

IOO CASSOL
 Edwards M. J. P. Silva
 Eduardo M. J. P. Silva

Publicado no DSF, de 21/05/2013.